

# O CENTRO ESPÍRITA E OS MODELOS DE IGREJA

Ivomar Schuler da Costa – [ivomarcosta@gmail.com](mailto:ivomarcosta@gmail.com)

Artigo publicado no Blog Espiritismo: Centros e Movimento, em 17/01/2015  
<http://centroemovimento.blogspot.com.br/#>

O Espiritismo não tem ligações históricas com o Cristianismo, embora tenha ligações lógicas. Disso depreende-se que as estruturas organizacionais, em princípio, não deveriam seguir os padrões historicamente estabelecidos pelos diversos movimentos cristãos. Primeiramente porque a maioria das igrejas cristãs acabou se organizando em torno de cultos, o que o Espiritismo não tem.

A história demonstra que o Cristianismo começou como um movimento totalmente descentralizado e durante séculos essa descentralização de ações e de poder foi sendo restringida. Com a Reforma Protestante, o cristianismo, sob o ponto de vista organizacional, bifurcou-se. Pelo caminho de centralização seguiu a Igreja Católica Apostólica Romana, enquanto pelo da descentralização seguiram as novas igrejas surgidas com a Reforma.

A Igreja Católica pôs em prática uma estratégia organizacional que pretendia torná-la a única organização centralizada em torno de uma pessoa, a qual todos deveriam se submeter. A imagem que melhor reflete este plano é o de um grande e pesado monólito.

As igrejas protestantes, por sua vez, se organizaram obedecendo a graus diferentes de descentralização, porém, com exceção da Igreja Presbiteriana, que tem o Rei da Inglaterra como seu líder supremo. As outras igrejas buscaram amenizar a centralização, abrindo espaços para a participação da membresia.

Vejamos como no início a Igreja Católica não tinha um poder central, conforme o relato do espírito Emmanuel, no livro que leva o seu nome, recebido por Chico Xavier, na parte “Os Bispos de Roma”. O sábio espírito Emmanuel relata que a supremacia do bispo de Roma, ou seja, a imposição da vontade da igreja de Roma sobre as outras não existia no início do movimento cristão.

*Nos primitivos movimentos de propaganda da nova fé, não possuíam nenhuma supremacia os bispos romanos entre os seus companheiros de episcopado e a Igreja era pura e simples, como nos tempos que se seguiram ao regresso do seu divino fundador às regiões da Luz. As primeiras reformas surgiram no quarto século da vossa era, quando Basílio de Cesaréia e Gregório Nazianzeno instituíram o culto aos santos.*

Ao qualificar o cristianismo primitivo como “puro” Emmanuel deseja destacar que nele ainda não haviam se infiltrado doutrinas estranhas àquelas que Jesus ensinou, e “simples” era a estrutura do movimento; as complexas estruturas hierárquicas copiadas do império romano não haviam ainda sido transpostas para o movimento cristão. Estas estruturas surgem justamente quando o movimento “dobra a esquina e perde o rumo”.

Mas a instalação destas estruturas não se deu sem oposição. O mentor de Chico Xavier fala-nos do desejo de supremacia alimentado pelos Bispos de Roma, mas também da condenação que cristãos conscientes dirigiam às pretensões centralizadoras dos bispos romanos.

*Os bispos romanos sempre desejaram exercer injustificável primazia entre os seus coirmãos; todavia, semelhantes pretensões foram sempre profligadas[1], destacando-se entre os vultos que as combateram a venerável figura de Agostinho, que se tornara adepto fervoroso do Crucificado à força de ouvir as prédicas de Ambrósio, bispo de Milão, [...].*

Ele destaca que os bispos romanos somente conseguiram sobrepor-se aos de outras igrejas por intermédio de imposições imperiais. Quer, dizer, por atos de força e não pela aceitação da autoridade deste bispo pelas outras igrejas locais. A maioria das comunidades cristãs locais defendia e praticava a distribuição descentralizada do poder, pela discussão em encontros organizados com este objetivo e pela escolha livre dos seus dirigentes e escuta dos seus trabalhadores.

*Desde o primeiro concílio ecumênico de Nicéia, [...] não se conhecia, em absoluto, a hegemonia da Igreja de Roma entre as outras congêneres. Somente no princípio do século VII a presunção dos preladados romanos encontrou guarida no famigerado imperador Focas, que outorgou a Bonifácio a **primazia injustificável** de bispo universal. Consumada essa medida, que facilitava ao orgulho e ao egoísmo toda sua nociva **expansibilidade**, tem-se levado a efeito, até hoje, os maiores atentados, que culminaram, em 1870, na declaração da infalibilidade papal.*

Observemos que até os anos seiscentos, embora os bispos de Roma tentassem, não haviam ainda conseguido dominar e se impor como autoridade aos bispos de outras cidades, importantes ou não. Foi somente por uma questão de interesses políticos que o bispo de Roma tornou-se o Bispo Universal, ou seja, o bispo que está acima de todos os outros, os quais passaram a lhe dever obediência.

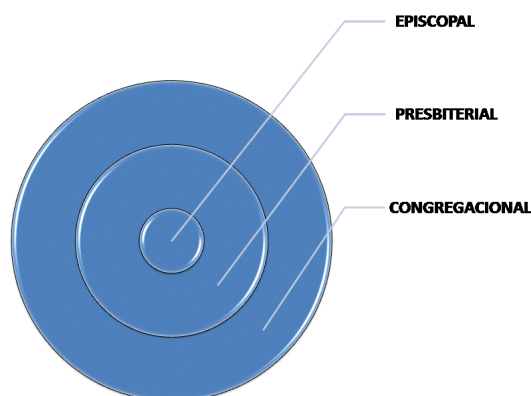
A história de como se deu esse processo é muito interessante, mas não a abordaremos nesta ocasião. Podemos dizer de maneira sucinta que nos primeiros séculos a comunidade cristã de cada cidade é quem escolhia o seu bispo. Com o tempo a escolha passou para o bispo metropolitano, ou seja, das cidades mais importantes e à comunidade da cidade cabia apenas aceitar ou reprovar. No caso de reprovação o *metropolitano* (bispo metropolitano) escolhia outro da sua preferência, ou seja, era indicado. Mais adiante, até isto mudou, restando à comunidade local apenas acatar a vontade destes bispos maiores. Da total autonomia inicial as igrejas locais passaram a total submissão ao bispo de Roma.

Após a reforma protestante as igrejas adotaram várias formas, estruturas organizacionais ou sistemas de governo. O padrão rígido de administração da igreja católica não foi seguido na maioria das novas igrejas. Ela própria foi obrigada a realizar mudanças organizacionais para resistir ao surgimento dos agrupamentos protestantes. Destas experiências emergiram três tipos básicos de organização do governo das igrejas.

1. O **modelo Episcopal**, que é centralizado numa pessoa que está colocada acima de todos os demais. Na igreja católica a idéia que sustentou esse arranjo foi a de sucessão apostólica, ou seja, os bispos têm o direito de mandar e os fieis o dever de obedecer porque aqueles são sucessores diretos dos apóstolos. Como visto anteriormente, nos primeiros séculos a própria comunidade elegia seus bispos, direito que depois lhe foi retirado restando apenas a aceitar a indicação feita por outro bispo superior.
2. O **modelo Presbiterial**, que é centralizado num grupo de representantes, o presbitério, cujos componentes são chamados presbíteros, eleitos pela

comunidade local. Neste, a característica é a representação, ou seja, o grupo toma as decisões em nome da comunidade sem que haja qualquer controle.

3. O **modelo Congregacional**, que é descentralizado. O governo da comunidade é responsabilidade de todos os membros da igreja. Os dirigentes, embora detenham certa autoridade, devem exercê-la sob determinadas regras e são controlados pelos membros da comunidade local. Os componentes da comunidade é que detêm a autonomia.



Modelos de igrejas

Na figura pode-se ver que no modelo episcopal o poder está localizado em uma pessoa, representado pelo círculo central; depois, no modelo presbiterial o poder é ampliado para um grupo e no congregacional ele se expande totalmente para todos os membros.

Como é possível verificar, o modelo organizacional dos centros espíritas desde o início foi o congregacional. A Sociedade Parisiense de Estudos Espíritas estruturou-se como uma “congregação”, ou seja, um agrupamento em que os associados detinham autoridade para participar das decisões. A autoridade não estava centralizada em uma pessoa, embora Kardec tenha exercido a presidência desde a fundação até a sua morte em 1869. Ele tratou de inclusive criar mecanismos de participação, como a Comissão de Administração, para aconselhá-lo e revisar seus atos de presidente.

Desta maneira, não se justificam certas atitudes de dirigentes que buscam o controle total por meio da concentração de funções, cargos e poderes.

Na maioria dos centros espíritas da atualidade, embora se divulgue que esteja sendo utilizado o modelo congregacional, na verdade o mais utilizado é o episcopal, devido a grande concentração de poder nos dirigentes, se não de direito, pelo menos de fato.